



## Senado e Câmara têm 23 MPs na pauta de votação

Das medidas, 19 aguardam parecer de comissão mista para poderem ir a Plenário. A compensação aos estados pela redução das alíquotas do ICMS é um dos temas

**A**penas uma das MPs — a que trata da compensação pela Lei Kandir aos estados exportadores — está no Senado. Um projeto de conversão

elaborado por comissão mista tranca a pauta do Plenário e deverá ser votado até 2 de abril. O excesso de MPs preocupa o presidente do Senado, Renan Calheiros. **2**

## Multa para atraso em entrega de imóvel **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Obra em Brasília: entrega da chave, diz projeto, não pode atrasar mais de 180 dias

## Comissão vota no dia 19 relatório sobre pacto para a alfabetização

Medida em análise prevê investimento na formação de professores para a alfabetização de estudantes até os 8 anos em escola pública. **3**



Gilberto Marques/Governo do Estado de SP

MP criou o Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa

## Projeto prevê até 3 anos de prisão para crime de *bullying* virtual **3**

## Comissão vai debater propostas sobre superendividamento **3**

**Governo vê má gestão na ANTT, diz Requião **4****

**Paim quer o fim do voto secreto no Congresso **3****

**Wellington Dias rebate críticas à Petrobras **4****

**Com retorno de Ataídes, PSDB passa a ter 12 senadores **2****

## SUS pode ser obrigado a oferecer condições para realização de parto humanizado **4**

**Como acompanho as despesas do Senado?**

### Fique sabendo

- 1** Acesse o QR Code acima ou [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)
- 2** Procure na coluna **Administração**, o item "Despesas". Clique em "Execução Orçamentária" ou em "Suprimento de Fundos"



### Portal da Transparência é Senado Transparente

O Portal da Transparência armazena informações públicas a respeito dos atos administrativos do Senado Federal para livre consulta da sociedade. No portal, o cidadão encontra, principalmente, informações sobre gastos e prestação de contas.



# Senado e Câmara têm 23 medidas provisórias aguardando votação

Excesso de MPs preocupa o novo presidente do Senado, Renan Calheiros, que quer uma solução para fortalecer o Poder Legislativo

A CÂMARA E o Senado terão de votar, nos próximos dias, 23 medidas provisórias (MPs) que tratam tanto de temas triviais da administração pública quanto de assuntos de grande impacto nas relações federativas, como a compensação aos estados pela redução gradual das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O excesso de MPs foi um dos temas principais do discurso de posse do novo presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros. Renan ressaltou a importância do equilíbrio entre os Poderes e saiu em defesa de um Legislativo mais forte.

— As medidas provisórias só podem ser editadas em situação de urgência e relevância, dois conceitos banalizados nos últimos anos e que atrofiaram o Congresso.

A questão das MPs foi uma das mais polêmicas da gestão do ex-presidente do Senado José Sarney. Além do grande número de medidas, os senadores se ressentiam do prazo curto para examiná-las. Para sanar o problema, Sarney apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, hoje na Câmara sob o número 70/11.

A proposta prevê nova divisão do tempo que Câmara e Senado têm para analisar as MPs. Pelo texto, o prazo de 120 dias passa a ser dividido em 80 dias na Câmara e 30 dias no Senado. Outros 10 dias são dados à Câmara para a análise de possíveis emendas apresentadas no Senado. Atualmente, a maior parte dos 120 dias reservados à análise da matéria é gasta na Câmara dos Deputados. As MPs chegam ao Senado a poucos dias de perder a validade.



Uma das MPs está no Senado; as demais encontram-se na Câmara dos Deputados

Pedro França/Agência Senado

## As medidas que estão na pauta

### MPS COM TRAMITAÇÃO AVANÇADA

- » **585/12** Sobre o auxílio da União a estados e municípios para fomentar exportações. Deve ser votada no Senado até 2 de abril.
- » **581/12** Altera as leis que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; e cria fonte extra de recursos para ampliação de limites da Caixa e do Banco do Brasil. Deve ser votada até 28 de fevereiro.
- » **582/12** Altera a contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; permite depreciação de bens de capital para apuração do Imposto de Renda (IR); institui o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes; altera a abrangência do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; altera a incidência do PIS-Pasep e da Cofins na comercialização da laranja; e reduz o IR devido pelo prestador autônomo de transporte de carga. Deverá ser votada até 28 de fevereiro.
- » **588/12** Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, de R\$ 1,6 bilhão. Deverá ser votada pela Câmara e pelo Senado até 21 de fevereiro, mas o prazo poderá ser prorrogado por 60 dias.

### MPS QUE DEPENDEM DE PARECERES DE COMISSÃO MISTA

- » **586/12** Sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Deve ser votada até 17 de fevereiro, mas se admite prorrogação de 60 dias.
- » **587/12** Autoriza para a safra 2011–2012 o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra e amplia para 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro. O prazo para votação, até 20 de fevereiro, poderá ser prorrogado por 60 dias.
- » **589/12** Sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos estados e municípios. O prazo para votação, 22 de fevereiro, poderá ser prorrogado.
- » **590/12** Amplia a idade limite de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias do Bolsa Família elegíveis ao recebimento do Benefício para Superação da Extrema Pobreza. A votação deverá ocorrer até 10 de março, admitindo-se prorrogação.
- » **591/12** Altera a Medida Provisória 579/12, sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos e sobre a modicidade tarifária. A votação deve ocorrer até 10 de março, mas há possibilidade de prorrogação.
- » **592/12** Determina novas regras de distribuição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação. A votação deve ocorrer até 13 de março, mas há possibilidade de prorrogação por 60 dias.
- » **593/12** Amplia o rol de beneficiários e ofertantes da bolsa-formação estudante. A votação deve ser até 16 de março, sendo prorrogável.
- » **594/12** Faz alterações na autorização para subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica, em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia e em financiamentos destinados a beneficiários de municípios atingidos por desastres naturais; autoriza a subvenção às instituições financeiras federais nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). A votação deve ocorrer até 17 de março, admitindo-se prorrogação.
- » **595/12** Sobre a exploração de portos pela União. O prazo terminará em 17 de março, mas poderá ser prorrogado por 60 dias.
- » **596/12** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, de R\$ 573 milhões. O prazo para votação termina em 17 de março e poderá ser prorrogado.
- » **597/12** Dá nova redação à Lei 10.101/00 (submete a participação nos lucros e resultados, recebida pelo empregado, ao regime de tributação exclusiva na fonte). Deverá ser votada até 4 de abril, mas há possibilidade de prorrogação.
- » **598/12** Abre crédito de R\$ 42,5 bilhões para órgãos públicos e estatais. A votação deverá ocorrer até 4 de abril, sendo prorrogável.
- » **599/12** Sobre auxílio da União a estados e municípios para compensar perdas decorrentes da redução das alíquotas nas operações interestaduais do ICMS e instituição do Fundo de Desenvolvimento Regional. A votação deverá ocorrer até 4 de abril, sendo prorrogável.
- » **600/12** Altera a MP 581/12, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO); e constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa. O prazo para votação, que poderá ser prorrogado, vence em 4 de abril.
- » **601/12** Prorroga o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), desonera a folha de pagamento dos setores da construção civil e do varejo e permite às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir da Cofins o valor da remuneração dos serviços de arrecadação. O prazo vencerá em 4 de abril, mas poderá ser prorrogado.
- » **602/12** Autoriza a prorrogação de contratos do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A votação deverá ocorrer até 4 de abril, mas o prazo poderá ser prorrogado.
- » **603/13** Altera a MP 587/12, que autoriza para a safra 2011–2012 o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra; amplia para 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro; e estabelece medidas para aquisição de milho para o atendimento ao Programa de Venda Balcão aos pequenos criadores situados nos municípios da área da Sudene. O prazo terminará em 4 de abril, mas poderá ser prorrogado.
- » **604/13** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, de R\$ 361 milhões. O prazo para votação, 4 de abril, poderá ser prorrogado.
- » **605/13** Altera a lei que cria a Conta de Desenvolvimento Energético. A previsão de votação, até 4 de abril, poderá ser prorrogada.

## Com Ataídes, bancada do PSDB tem 12 senadores

A bancada do PSDB ganhou mais um senador na sexta-feira, com o retorno de Ataídes de Oliveira (TO) ao Senado. Ele reassumiu o mandato no lugar de João Ribeiro (PR-TO), que se licenciou para tratamento de saúde.

Como Oliveira já havia substituído o titular entre maio e agosto de 2011, não precisa tomar posse novamente. O PSDB agora passa a contar com uma bancada de 12 senadores, igualando-se ao PT. Permanece, contudo, atrás do PMDB, que conta com 20 parlamentares.

A bancada oposicionista já havia sido ampliada em 30 de janeiro, quando outro tucano, Ruben Figueiró (MS), tomou posse no lugar de Antonio Russo (MS), do PR.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

### PLENÁRIO Discursos

**14h** Na sessão de hoje não haverá votações. Os primeiros oradores inscritos são os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Wellington Dias (PT-PI).

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecido pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Está prevista para a próxima terça a análise de texto de Eduardo Amorim sobre medida que promove a alfabetização de crianças até os 8 anos, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação pública

## Comissão vota relatório de MP sobre alfabetização

NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA, a comissão mista que analisa a Medida Provisória do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa vota o relatório do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que é favorável à MP, e acolhe cinco das 60 emendas apresentadas por deputados e senadores.

A MP 586/12 prevê apoio financeiro da União aos estados, municípios e ao Distrito Federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para investir na formação continuada de professores alfabetizadores dos três primeiros anos do ensino fundamental.

O fundo também deve apoiar a premiação de escolas e profissionais da educação reconhecidos pelos resultados alcançados no âmbito do pacto nacional, que tem o objetivo de promover a alfabetização dos estudantes até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental da educação básica pública, aferida por avaliações periódicas. O governo deve liberar mais de



Gilberto Marques/Agência Senado

Escola municipal de São Paulo: MP prevê investimento na formação de professores

R\$ 2,5 bilhões de acordo com o avanço do pacto nacional, que pretende alcançar a erradicação do analfabetismo nessa faixa etária até 2020. Pelo menos R\$ 1,1 bilhão já será liberado em 2013.

Entre as emendas acolhidas, estão duas do deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ). Uma inclui na MP menção à formação inicial e continuada de professores com capacitação para a educação especial e a outra propõe o desenvolvimento de recursos didáticos, pedagógicos, currículos e métodos para essa modalidade.

Foi parcialmente acolhida emenda de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela inclui na proposição referência à formação continuada em cursos de pós-graduação para professores alfabetizadores. O relator sugeriu que os cursos apoiados sejam aqueles relacionados à alfabetização oferecidos por instituições públicas participantes do pacto. Amorim acrescentou ainda uma alínea permitindo que o FNDE preste assistência estudantil no ensino superior, por meio de bolsas de estudo e permanência e ressarcimento de despesas dos estudantes.

## Superendividamento será tema de debate

A comissão temporária que avalia proposta de modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) realiza audiência pública no dia 19, para debater três projetos.

Um deles trata da prevenção do superendividamento (PLS 283/12), outro amplia a proteção aos que fazem compras por meio de comércio eletrônico (PLS 281/12) e o terceiro dispõe sobre as regras para ações coletivas destinadas a proteger interesses ou direitos de qualquer natureza (PLS 282/12).

Entre os convidados da audiência pública, estão juristas



Fabio Rodrigues/Pozzabom/ABR

Propostas em análise visam modernizar leis sobre defesa do consumidor

e representantes de órgãos de defesa do consumidor, da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, e da Federação Brasileira

de Bancos (Febraban).

A comissão é presidida pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e tem Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como relator.

## Projeto transforma bullying virtual em crime

Um projeto que criminaliza o *bullying* praticado pela internet foi apresentado nesta semana por Clésio Andrade (PMDB-MG) e encaminhado para análise da Comissão



Márcio Kolme/Agência Senado

Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro.

O PLS 21/13 tipifica as agressões passíveis de pena (que chega a três anos de detenção) para esse tipo de ação, que causa sofrimento psicológico e constrangimento.

Segundo o projeto, *bullying*

virtual é a violência emocional por meio da propagação de mensagem humilhante ou constrangedora via e-mail, site, blog, redes sociais ou dispositivos da telefonia móvel.

Qualquer ofensa relacionada a orientação sexual, etnia, religião, deficiência e a pessoas idosas poderá levar à detenção de três meses a um ano, além de multa.

Discriminação por características pessoais, como

distúrbios motores ou de dicção, poderão deixar o agressor até três anos na cadeia.

Se o autor do *bullying* virtual for menor de idade, deverão ser aplicadas medidas correccionais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Nesse tipo de agressão, o anonimato tende a aumentar a crueldade dos comentários e das ameaças, e os efeitos tendem a ser extremamente graves. Muitas vezes, o *bullying* resulta em transtornos irreversíveis, causadores até mesmo de suicídio — diz Clésio.

## Paim defende fim do voto secreto no Congresso

Paulo Paim (PT-RS) defendeu o fim do voto parlamentar secreto. Autor de uma proposta de emenda constitucional sobre o tema (PEC 50/06), o senador



Genalbo Magalhães/Agência Senado

disse que, se o voto aberto já vigorasse, não teriam ocorrido dúvidas sobre a conduta das bancadas na recente eleição da Mesa do Senado.

— Se o voto fosse aberto, cada um teria o direito de votar e explicar como votou — afirmou ele, salientando que nessa eleição seu partido fechou posição a favor da chapa formada a partir da proporcionalidade partidária.

Paim fez a defesa do voto aberto em discurso centrado na necessidade de valorização da atividade parlamentar.

Destacou também seu trabalho como deputado, durante a elaboração da Constituição vigente, “na construção dos direitos sociais e trabalhistas”. Para ele seu desempenho desde então vem lhe credenciando a continuar na vida pública, inclusive com a conquista de 4 milhões de votos na última eleição para o Senado.

Paim lembrou ainda que é autor de mais de mil projetos,

muitos já convertidos em lei.

Destacou, entre outros, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial — esse último, a seu ver, uma proposta bem-sucedida, mas

apontada inicialmente pelos críticos como destinada a “dividir o país”.

Também abordou projetos de repercussão em que colaborou como relator, como é o caso da proposta do governo que definiu a atual política de valorização do salário mínimo, que se baseia na correção pela inflação passada e o repasse do crescimento do PIB de dois anos antes.

Outra colaboração foi para que fosse regulamentado o aviso prévio proporcional.

— Eu tenho lado na história, sempre ouvindo os trabalhadores, os que são discriminados, mas nunca deixei de ouvir também os empresários — afirmou.

Sobre suas atividades em 2012, Paim informou ter apresentado 18 projetos. Lembrou ainda que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sob sua presidência, realizou 146 audiências públicas.

## Líder do PT: análise de vetos dispensa ordem cronológica

Na avaliação do líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), a votação dos vetos que aguardam exame no Congresso pode ser feita sem seguir a ordem cronológica. Para ele, o despacho



Genalbo Magalhães/Agência Senado

do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux reconhecendo a possibilidade de o Congresso votar outras propostas, independentemente da votação dos 3 mil vetos presidenciais, ainda gera dúvidas.

— Independentemente do atual despacho do ministro Fux, o Congresso já poderia ter votado o Orçamento desde dezembro. Quanto aos vetos, Renan ficou de apresentar ao colégio de líderes, após o Carnaval, a interpretação da decisão do Supremo que vai valer para todas as matérias — afirmou.

Com a votação do Orçamento de 2013 marcada para terça-feira, a questão dos vetos continua em aberto.

O líder petista não acredita em insegurança jurídica com a possível derrubada de vetos antigos, temor revelado pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

— A gente fala

em 3 mil vetos em 206 matérias, mas, na verdade, cerca de 200 estão ultrapassadas, perderam sentido para a derrubada do veto. Por exemplo, vetos a orçamentos passados, que já foram executados e tiveram contas prestadas — comentou Wellington.

Segundo ele, os vetos a apenas seis matérias — como as que tratam de Código Florestal, fator previdenciário e royalties do petróleo — é que deverão gerar maior impacto se forem derrubados.

— O Executivo tem a responsabilidade de controlar as despesas. E, como integrante da base do governo, estarei aqui dando sustentação a essa posição — adiantou o líder petista.

Se prazo ultrapassar 6 meses, incorporadora deverá pagar ao comprador multa de 2% sobre o valor já pago e de 0,5% ao mês

# Projeto garante compensação por atraso em entrega de imóvel

SE A ENTREGA do imóvel atrasar mais de 180 dias, o incorporador deverá pagar ao comprador multas de 2% sobre o valor já pago e de 0,5% ao mês sobre o mesmo montante enquanto perdurar o atraso, sem prejuízo de outras indenizações — podendo tais valores serem compensados nas prestações devidas. É o que prevê o PLS 7/13, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Se o projeto for aprovado, a norma só terá validade para os contratos celebrados a partir do início da vigência. O PLS 7/13 muda a lei que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

O autor do projeto, senador Gim (PTB-DF), diz que o lançamento de

alguns empreendimentos imobiliários pelas incorporadoras não tem seguido um planejamento adequado. Segundo ele, a entrega de imóveis tem enfrentado atrasos, em virtude do ritmo das construções, procedimentos burocráticos das incorporadoras e falta de documentação necessária, como alvarás e licenciamentos indispensáveis à análise e à aprovação das obras.

Embora a maioria dos contratos hoje contenha a previsão de tolerância de até 180 dias para a entrega dos imóveis, Gim ressalta que a imprensa tem noticiado atrasos que desmoralizam o setor, na medida em que ultrapassam qualquer medida que se possa ter como razoável, com prejuízos ao cidadão comum, que muitas vezes

investe no empreendimento todas as suas economias.

Gim ressalta que, com intervenção do Ministério Público e mediante acordos, o comprador tem recebido das empresas multas de 2% sobre o valor pago e de 0,5% ao mês sobre o mesmo montante, enquanto durar o atraso, podendo até obter o pagamento de aluguel de outro imóvel em substituição àquele que não foi ainda entregue.

Mesmo assim, observa Gim, falta uma regra precisa que traga maior segurança ao consumidor quanto ao cumprimento dos prazos acordados e, concomitantemente, garanta confiabilidade ao setor de construção e venda imobiliária.

## Proposta obriga SUS a oferecer parto humanizado

O Sistema Único de Saúde (SUS) será obrigado a oferecer condições para a realização de partos humanizados em seus estabelecimentos. Esse é o objetivo de projeto apresentado na semana passada por Gim (PTB-DF).

A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em caráter terminativo.

O projeto (PLS 8/13) também permite a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato.

O senador observou que já existem recomendações do Ministério da Saúde para que o parto seja realizado de forma humanizada. Segundo um manual elaborado pelo ministério em 2005, o atendimento obstétrico e neonatal “deve ter como características essenciais a qualidade e a humanização”.

O manual determina que sejam evitadas intervenções desnecessárias. O texto prevê ainda o “estabelecimento de relações baseadas em princípios éticos, garantindo-se privacidade e autonomia e compartilhando-se com a mulher e sua família as decisões sobre as condutas a serem adotadas”.

Apesar da existência dessas recomendações, argumentou Gim, muitas mulheres acabam dando à luz em corredores de hospitais.



Waldemir Barrato/Agência Senado



Prédio em construção em Brasília: para Gim, nova regra dá segurança a quem compra e confiabilidade a quem vende

Waldemir Barrato/Agência Senado

## Requião destaca relatório que aponta má gestão na ANTT



Roberto Requião (PMDB-PR) comentou relatório de comissão especial do Ministério dos Transportes que considera prejudicial ao país a atuação de Bernardo Figueiredo como

diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O documento, explicou, foi produzido após representação da Procuradoria-Geral da República (PGR) acusando a ANTT de omitir-se da tarefa de fiscalizar contratos de concessão do transporte ferroviário e Bernardo Figueiredo de atuar em favor da concessionária privada América Latina Logística (ALL).

— O relatório conclui que o quadro terrível descrito na representação expressa fidedignamente a realidade da destruição do sistema, a captura do interesse público pelo privado, a leniência da ANTT — disse.

Requião lembrou que a recondução de Figueiredo à ANTT foi rejeitada no Senado em março de 2012, mas ele foi nomeado para comandar a Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

— Até quando o sr. Bernardo Figueiredo seguirá causando prejuízos ao país? Quem, afinal, o protege? — indagou.

## Líder do PT rebate críticas e mostra bons números da Petrobras

As críticas da oposição à Petrobras criam uma falsa impressão de que houve prejuízo, o que só beneficia especuladores e aumenta a pressão para abertura do capital da estatal. A avaliação é do líder do PT, Wellington Dias (PI). Segundo ele, os resultados de 2012 mostram redução do lucro, o que não pode ser tratado como prejuízo. O lucro foi de R\$ 21 bilhões, “menor apenas que os de 2010 e 2011”, observou.

— A oposição fala em má gestão, aparelhamento político, mas hoje a Petrobras tem um lucro dez vezes superior ao período em que o país foi governado pela oposição.

O senador lembrou que, no semestre passado, a presidente da empresa, Graça Foster, já apontava a possibilidade de queda no lucro devido a alterações no câmbio.

— Os críticos isolam a questão para ofuscar resultados relevantes. No último trimestre, o lucro aumentou 39% em relação ao anterior.

Segundo Wellington, analistas detectam movimento para reduzir o valor da empresa ou “para justificar maior abertura ao capital privado na exploração do pré-sal, o que é contra o interesse do Brasil”.

## Ana Amélia lembra cerimônia em memória dos mortos na Kiss



Ana Amélia destacou realização de cerimônia ecumênica, na quinta-feira passada, na Catedral de Brasília, em memória dos mortos na boate Kiss, em Santa Maria (RS). E lembrou que a iniciativa partiu da presidente Dilma Rousseff.

— Um ato muito bonito, um ato comovente, que reuniu todas as igrejas. E, aí, a beleza do ato ecumênico é exatamente o congraçamento universal das crenças, da fé, de cada um na sua própria religião. Um ato simples, de reverência à memória de 238 jovens gaúchos que morreram na fatídica madrugada de domingo, 27 de janeiro — disse.

A senadora também elogiou a atitude da presidente, que, na ocasião da tragédia, interrompeu compromisso internacional no Chile para levar a solidariedade às famílias das vítimas.

— Esse foi um gesto de grandeza, de absoluto comprometimento com uma necessidade emergencial — afirmou.

Ana Amélia também pediu aos brasileiros cuidado nas estradas e obediência às leis de trânsito para evitar acidentes durante o Carnaval.

## Vacinação contra vírus HPV pode se tornar gratuita

Dois projetos de lei que determinam a imunização contra o papilomavírus humano (HPV) pelo Sistema Único de Saúde (SUS) estão tramitando juntos na Câmara dos Deputados.

O PL 4.483/12 (no Senado, PLS 238/11), da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), assegura às meninas de 9 a 13 anos o direito à vacina contra o HPV no SUS.

O PL 6.820/10 (no Senado, PLS 51/07), da ex-senadora Ideli Salvatti, acrescenta a vacina ao calendário de vacinações do Programa Nacional de Imunizações.

O vírus HPV, sexualmente transmissível, é a principal causa do câncer de colo do útero, o segundo tipo de câncer com maior incidência nas mulheres.

A vacina contra o HPV, atualmente oferecida apenas em clínicas particulares, tem um custo médio de R\$ 900.

O PL 4.483/12, além de prever a vacinação das meninas de 9 a 13 anos, elenca uma série de direitos da mulher durante os atendimentos de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de colo do útero — entre eles, receber acolhimento humanizado, respeitoso e esclarecedor, ser protegida contra qualquer forma de discriminação e receber o máximo de informações sobre a doença.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Waldemir Barrato/Agência Senado

Genildo Magalhães/Agência Senado